



*Presidência da República*

**Discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente da República, Dr.  
Jorge Carlos de Almeida Fonseca, durante a Sessão Solene  
Comemorativa do XXXVII Aniversário da Independência Nacional**

**- Assembleia Nacional, 5 de Julho de 2012 -**

EXCELENCIAS

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhor Primeiro-Ministro

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Senhor Presidente Mascarenhas Monteiro

Senhores Membros da Mesa da Assembleia Nacional

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Praia

Senhoras e Senhores Deputados da Nação

Senhoras e Senhores membros do Governo

Senhor Procurador-Geral da República

Senhora Presidente do CSMJ,

Senhoras e Senhores membros do corpo diplomático

Senhoras e Senhores Combatentes da Liberdade da Pátria

Senhor Presidente do Tribunal de Contas

Senhores autarcas

Autoridades Cívicas, Religiosas e Militares,

Senhores bastonários das Ordens Profissionais

Senhoras e Senhores profissionais da comunicação social,

Ilustres Convidados,

Minhas senhoras

Meus senhores

Caros concidadãos,

Cabo Verde está de parabéns.

Neste momento especial, e nesta sessão solene comemorativa do aniversário da nossa Independência, quero dirigir uma saudação especial a todos cabo-verdianos, de todas as idades, de todas as sensibilidades políticas, de todos os credos religiosos, no país e na diáspora.

Quero enlaçar-vos, a todos vós, num abraço de fraternidade e de alegria plena de emoção.

Quero que nesta data nos sintamos unidos como aquilo que somos, de facto, cabo-verdianos em primeiro lugar e acima de tudo, ilhéus nesta terra querida, que é o nosso lar e foi o lar dos nossos antepassados; quero que nos sintamos, neste momento de comunhão, como cidadãos livres deste país, cidadãos do mundo, unidos num sentimento único de orgulho pelo nosso Cabo Verde.

Quero também neste momento saudar efusivamente todos os cidadãos estrangeiros que se encontram entre nós e reafirmar-lhes o nosso desejo de que se sintam em casa, e os votos de que se juntem a nós para fazermos do nosso Cabo Verde o país que desejamos para os nossos filhos e os nossos netos e todos aqueles que optaram por esta terra.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Senhor Primeiro Ministro,

Caros compatriotas

Senhoras e Senhores,

Hoje, dia 5 de Julho de 2012, completamos 37 anos como país independente.

Devemos felicitar-nos por termos sabido crescer e desenvolver o nosso país, e por termos mantido a paz social e a estabilidade que nos caracterizam.

Os cabo-verdianos construíram o seu espírito nacional ao longo de 500 longos anos de luta permanente contra as adversidades da natureza, contra a incúria dos poderes coloniais, remando sempre contra a maré e contra os ventos poderosos da desdita e do esquecimento.

Ovídio Martins dizia num poema celebrado, cito “as cabras ensinaram-nos a comer pedras para não perecermos”. Esta frase lapidar reflecte, de forma perfeita e crua, a natureza da nossa luta como Nação. Foi nessa luta incessante e dolorosa que moldámos a nossa forma de estar no mundo, a nossa tenacidade, a nossa cultura, a nossa fibra de povo corajoso que não se deixa intimidar pela adversidade.

Nestes 37 anos de vida, mostrámos a um mundo, por vezes céptico, que somos capazes de assumir as rédeas da nossa vida, sem tutelas nem submissão. Que temos a vontade, a inteligência e a determinação para nos governarmos a nós próprios, como povo maduro e seguro de si. É preciso que as gerações que vieram depois da Independência ou que, a 5 de Julho de 1975, eram demasiado jovens para compreenderem o alcance do que estava a acontecer, valorizem a luta que foi travada pela Independência e pela soberania. E que valorizem o que foi feito de então para cá, no seu justo valor.

É preciso que todos nós assumamos a nossa história, a remota e a mais recente, na totalidade da sua dimensão, com o que de bom e positivo foi feito e o que de mau e negativo também aconteceu na nossa terra. E que essa história seja contada a todos, em particular aos mais jovens e às gerações vindouras, tal como aconteceu, sem floreios, sem receios de chamar as coisas pelo seu nome, em nome da verdade.

Caros Compatriotas,

Neste 5 de Julho em que pela primeira vez me dirijo aos cabo-verdianos na qualidade de Chefe de Estado, considero de toda a justiça render uma sincera homenagem às mulheres e aos homens que se entregaram de corpo e alma à causa da independência nacional. Refiro-me aos que arriscaram e por vezes sacrificaram a própria vida e a liberdade na luta pela independência nacional. Aos obreiros da luta pela independência que nas matas da

Guiné Bissau ou nos labirintos da luta clandestina colocaram a independência como uma exigência absoluta, rendo uma profunda e solene homenagem.

Saúdo os protagonistas desta epopeia, muitos presentes nesta sala, que em diferentes trincheiras deram o melhor de si para que o sonho da independência se transformasse em realidade e curvo-me respeitosamente perante a memória dos que já não estão entre nós.

Igualmente homenageio as cabo-verdianas e os cabo-verdianos que anonimamente, no país ou no estrangeiro, resistiram como puderam ao domínio colonial e prepararam a terra para uma das suas mais importantes conquistas: a Independência Nacional.

Em toda a gesta libertadora um nome se impõe. Uma figura se destaca. Um homem, um vulto se agiganta: Amílcar Cabral, cujos génio político, visão estratégica, tenacidade e coragem, fizeram dele a figura cimeira da nossa luta pela Independência.

Quero, ainda, agradecer penhoradamente aos países e instituições internacionais, amigos de Cabo Verde, que acreditaram em nós e não se pouparam a esforços para nos ajudar, logo após a Independência, e até ao presente, para que fôssemos capazes de sustentar a luta pelo desenvolvimento em que nos empenhámos.

Estes 37 anos de país independente têm sido anos de muita luta. De muitas conquistas. Conquistámos posições importantíssimas, vencemos batalhas desiguais, viabilizámos um Estado que, aos olhos de muita gente, parecia inviável. Estamos TODOS de parabéns.

Mas temos de ter a consciência clara do longo caminho a percorrer num mundo cada vez mais complexo e exigente.

Meus caros concidadãos,

Trinta e sete anos depois não é o momento apropriado para olhar para trás.

O nosso olhar deve dirigir-se para o presente, para o futuro imediato. Como vivemos neste momento? O que esperamos do nosso país? O que podemos dar ao nosso país? Que venturas e desventuras nos esperam? Como pensamos encarar a miríade de problemas que enfrentamos neste momento? Que rumo dar ao nosso país? Como preparar os jovens para assumir as rédeas do país num futuro próximo?

Não nos podemos furtar a colocar estas e outras interrogações, porventura mais pertinentes, sobre o presente e o futuro do país. São questões legítimas em tempos normais, mas ganham maior urgência, maior acuidade nos tempos difíceis que enfrentamos em Cabo Verde e no mundo que nos rodeia.

Caros amigos,

A instabilidade que afecta a nossa vizinhança mais próxima e os nossos parceiros económicos mais importantes não pode ser ignorada, porque os seus reflexos se fazem sentir todos os dias no nosso país.

Em que medida estamos preparados para enfrentar os desafios que a situação na África Ocidental nos coloca?

Na nossa sub-região oeste africana reinam a instabilidade e a incerteza, com algumas honrosas excepções. Golpes militares, inconsistência governativa, violência política, terrorismo, intolerância e extremismo religioso, enormes dificuldades económicas, tráfico de droga em larga escala, Estados falhados em que a autoridade pública não tem meios, nem instituições, nem prestígio para impor a lei, e as grandes dificuldades da nossa organização regional, a CEDEAO, em dar resposta a estas questões urgentes e extremamente graves.

Esta situação preocupante coloca-nos perante desafios que não podem ser ignorados, pela solidariedade para com os outros povos, mas também sob pena de permitirmos que a instabilidade alcance as nossas fronteiras e se instale também no país.

Mas as preocupações em relação aos desenvolvimentos externos e seu efeito em Cabo Verde não se limitam à nossa região geográfica. A crise financeira e económica que afecta um número crescente de países europeus ameaça estender-se a todo o espaço do euro, moeda à qual o nosso escudo está ligado de forma estável há mais de uma década.

É imperativo que estejamos preparados para os cenários mais pessimistas, mesmo esperando sempre o melhor. Se a crise se aprofundar e conduzir à saída da zona euro de um ou outro país, o que esperamos não venha a acontecer, teremos que agir rapidamente para que os efeitos nefastos dessa eventual situação não nos apanhem desprevenidos.

Planos de contingência devem ser elaborados o mais depressa possível e medidas de precaução devem ser adoptadas prevenindo o pior cenário.

Cabo Verde ainda depende, em grande medida, dos fluxos externos de recursos para financiar a sua economia. As remessas de emigrantes, o investimento e os empréstimo externos a ajuda pública têm permitido ao país manter sob controlo a sua posição e prosseguir o crescimento económico.

Contudo, as tendências recentes são negativas, reflectindo a crise dos países de onde esses fluxos são canalizados para o nosso país. O investimento externo tem diminuído de forma sistemática desde 2008 e atingiu o seu nível mais baixo no ano passado, menos de metade do valor alcançado em 2008.

A ajuda pública seguiu trajectória idêntica, embora menos pronunciada.

O endividamento externo atinge já níveis que aconselham muita prudência, sobretudo porque dentro de pouco tempo o nosso país deixará de beneficiar de condições favoráveis na obtenção de financiamento do exterior.

Apenas as remessas de emigrantes evoluíram positivamente em 2011, depois de uma relativa estagnação durante vários anos. Mas, face aos problemas de desemprego e crise nos países de residência dos nossos concidadãos, devemos estar preparados para uma possibilidade menos optimista num futuro próximo.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Caros concidadãos,

O olhar que lançamos sobre o nosso presente suscita-nos sentimentos mistos de apreensão e de esperança.

Apreensão pelas dificuldades económicas e financeiras que atravessamos, pelo sofrimento de inúmeras famílias perante a deterioração do seu poder de compra, pelo desemprego, sobretudo o desemprego que vigora entre os jovens, pelas dificuldades reais da população em relação ao acesso, em tempo útil e em qualidade desejada, aos serviços de saúde, não obstante os avanços conseguidos nesta área.

Inquietação particular nos provoca a situação dos idosos carenciados do nosso país, sobretudo no contexto actual; apesar dos esforços meritórios feitos pelo Governo nesta matéria, custa-nos admitir que as pessoas que ajudaram, ao longo da sua vida, a construir o país, auferam uma pensão insuficiente à satisfação das necessidades mais elementares.

Preocupamo-nos também com o nível que o tráfico e o consumo de drogas já atingiram no nosso país e os seus efeitos destruidores sobre a juventude e as famílias que são delas vítimas, e encorajamos o Governo a prosseguir o combate que tem conduzido contra o tráfico ilícito de substâncias psicoactivas, com visíveis resultados, como o demonstram operações recentes muito bem-sucedidas.

Insistimos na necessidade da adopção de políticas sistemáticas de prevenção, tratamento e reinserção social, do uso abusivo de tais substâncias, muito particularmente do álcool que por ser uma substância lícita, tende a ser menosprezada, não obstante os incalculáveis males sociais, familiares e individuais que vem causando. Essa realidade exige medidas imediatas e firmes.

O nosso sistema financeiro continua, no essencial, sólido, mas medidas adicionais devem ser tomadas para combater de forma decidida a sua utilização para fins ilícitos, nomeadamente o branqueamento de capitais provenientes do tráfico de drogas e de outras origens ilícitas.

Minhas Senhoras e meus senhores,

Caros conterraneos

O nível de insegurança e de crimes violentos que temos hoje, especialmente nos principais centros urbanos, tem afectado duramente o quotidiano dos cidadãos. Exorto o Governo a intensificar os esforços que tem feito para combater a violência gratuita e o crime organizado, para que os cidadãos possam desfrutar de paz e tranquilidade, e se evite a banalização da violência na nossa sociedade, como sucedeu noutras paragens do mundo, com resultados desastrosos para a coesão social.

A violência não pode vencer-nos! E se devemos insistir com os nossos parceiros para que reforcem o seu apoio no combate comum contra o tráfico de droga e o crime dito organizado, é indispensável que sejamos capazes de, internamente, fazer o máximo que nos seja possível, com imaginação, com o envolvimento da sociedade e das famílias, para

combater esse fenómeno insidioso que é a violência gratuita, transmitindo às crianças e aos jovens deste país os princípios e valores que devem informar uma convivência civilizada entre os cidadãos.

A aposta forte na capacitação e apetrechamento técnico-científico da polícia, em particular das entidades encarregadas da investigação criminal, deve prosseguir com denodo, bem como a concretização crescente do policiamento de proximidade. O controlo da delinquência juvenil é um objectivo que se deve procurar atingir no mais curto espaço de tempo, aliando a prevenção à sua contenção.

A família, a escola, a comunicação social e as igrejas são alguns espaços privilegiados de difusão e valores da tolerância, do diálogo, da aceitação da diferença e da não-violência. Tais instituições ajudaram a cimentar o nosso mosaico identitário e são, neste contexto, talvez mais do que outrora, fundamentais na reflexão sobre os valores que, no tempo presente, deveremos adoptar para a construção de uma nova qualidade de relações humanas.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,

Senhor Primeiro Ministro,

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Minhas senhoras e meus senhores,

Não podemos ficar conformados ou aceitar o nível de pobreza e desemprego que existe entre nós. O desemprego continua a atormentar um grande número de jovens e de famílias. Só a aceleração do crescimento económico e políticas direccionadas para tal objectivo podem evitar que um número crescente de jovens se veja sem perspectiva de futuro, confrontado com o desalento de não encontrar trabalho, mesmo quando possui as qualificações necessárias.

Neste capítulo, o recente surto de crescimento do turismo suscita-nos esperanças de progressos. Na verdade, dados recentes do INE mostram que o número de visitantes estrangeiros cresceu de forma acelerada nos últimos dois anos e que a mesma tendência se desenha no ano corrente. Esta é uma oportunidade única de relançar a actividade de maior potencial da nossa economia, aquela que pode inverter a desaceleração do



crescimento económico e combater o desemprego e a pobreza que afligem muitas famílias.

Mas para tal é necessário que o país seja capaz de atrair mais investimento externo para o sector, criando condições propícias e mais favoráveis, no plano fiscal, no das infra-estruturas básicas de energia, água, saneamento, no atendimento, no funcionamento das instituições, na celeridade da justiça, na segurança jurídica da propriedade, na formação de mão-de-obra qualificada, na generalização do ensino de línguas estrangeiras, e na criação de condições de segurança pública .

É preciso também mudar mentalidades e atitudes e, sobretudo, aumentar o contributo nacional para o turismo. Refiro-me à necessidade premente de integração do turismo no todo nacional, reforçando a participação da nossa agricultura, pecuária, pescas, artesanato e outros serviços complementares no produto turístico global. É urgente encontrar fórmulas que permitam um fluxo turístico complementar para as ilhas sem vocação de sol e mar, e soluções adequadas de transporte que acelerem a integração do mercado nacional e o seu direccionamento para o turismo. Só desta forma o país, enquanto um todo coeso, poderá tirar todo partido do seu enorme potencial turístico e do seu impacto multiplicador em toda a economia nacional.

Temos que ir mais longe e mais depressa do que os nossos concorrentes, porque ninguém fica à nossa espera, numa indústria que é das mais importantes a nível mundial, e em que a concorrência é implacável.

Um cuidado se impõe desde logo: que todo o investimento turístico, ou de outra natureza, seja feito voltado para a melhoria da qualidade de vida dos que aqui vivem e trabalham.

Caros concidadãos,

O relançamento do crescimento económico é essencial ao bem-estar das populações. E o papel das empresas nacionais neste processo não pode nem deve ser menosprezado. Quando as dificuldades batem à porta é preciso encontrar saídas, soluções que evitem o colapso das empresas, porque delas depende o emprego e a criação de valor para toda a sociedade.

As dificuldades orçamentais, o desequilíbrio das contas externas e as limitações ao endividamento público, são realidades que não devem, nem têm sido escamoteadas. Mas a solução não passa pela imposição de níveis de austeridade insuportáveis para um tecido

económico já em si tão frágil, e para as famílias, cujos rendimentos têm sofrido constante erosão.

Entendo, por isso, que se torna urgente desenvolver esforços concertados de relançamento da economia, apoiando as empresas nacionais que criem postos de trabalho, envolvendo as empresas e os sindicatos na efectivação de políticas de crescimento e emprego, melhoria das condições de vida dos trabalhadores, e facilitando o acesso ao crédito por parte dos empresários nacionais, com os condicionalismos que a situação exige.

Não ignoramos as restrições das finanças públicas e das contas externas. Vejo com preocupação os níveis do défice orçamental e da conta corrente externa, e sabemos que a contenção é necessária neste momento. Mas tenho dificuldades em compreender que os ajustamentos tenham que ser feitos à custa do tecido empresarial nacional.

Defendemos que as empresas em dificuldades devem ser apoiadas para saírem das dificuldades, e não empurradas para a insolvência e a liquidação. Por isso, parece-nos indispensável que se acelerem os esforços de revisão das leis que permitem a protecção das empresas em dificuldades, de modo a conceder-lhes tempo para se reorganizarem e retomarem as suas actividades em condições mais favoráveis, preservando-se postos de trabalho e rendimentos familiares.

Caros concidadãos

Nos trinta e sete anos de país independente, progredimos imenso.

Em diversas áreas fizemos muito e, no essencial, bem. Projectos como “Porton di nos ilha”, as “Praças Digitais”, a “Universidade de Cabo Verde”, o “Nosi”, os resultados das eleições conhecidos no mesmo dia, a nossa relação fácil com as novas tecnologias de informação e comunicação, são resultados que 37 anos atrás ninguém sequer cogitava.

Custou-nos imenso reformar a administração herdada do sistema colonial; continuamos a proceder a reformas no sistema de ensino e na educação; continuamos a lutar por um ambiente saudável, um desenvolvimento sustentável, uma exploração da natureza que não conduza à sua exaustão, antes nos permita passar às gerações vindouras um país viável e ainda com potencialidades.

Mas não nos devemos deixar embalar pelo nosso sucesso. Porque o nosso sucesso é relativo e apesar dos bons resultados continuamos longe de atingir o nível possível e desejável de desenvolvimento. Quando comparamos as nossas realizações com países ilhéus como o nosso, somos forçados a reconhecer que temos ainda muito que aprender, imenso trabalho a fazer, erros a corrigir, e que novos sucessos nos esperam, se soubermos aproveitar as oportunidades que se nos apresentam.

Estou convicto de que, com humildade e ousadia, perseverança e abertura de espírito para aprendermos com os nossos erros, seremos capazes de oferecer a cada cabo-verdiano um nível de vida cada vez mais digno.

Minhas Senhoras e meus senhores,

Ainda que os desafios sejam de grande envergadura e exijam medidas específicas de política, um ambiente de diálogo e de debate permanente será indispensável à procura das melhores soluções para os problemas do país.

No passado dia 01 de Julho tiveram lugar no nosso país as sextas eleições autárquicas.

Apraz-me, nesta hora registar, que a afluência às urnas foi objectivamente muito boa e ocorreu de forma ordeira em todo o país, tendo-se registado a nível nacional uma das mais baixas taxas de abstenção em eleições autárquicas, não obstante ter-se verificado um apreciável aumento em relação às últimas eleições.

Essa participação é um importante catalisador do nosso processo democrático, o que nos deve orgulhar se levarmos em conta que no nosso país o voto não é obrigatório e que, em outras paragens, de democracia mais consolidadas do que a nossa, as eleições municipais, geralmente, pautam-se por elevadíssimas taxas de abstenção.

Na oportunidade felicito os eleitores pela sua importante participação, os candidatos eleitos pelos resultados obtidos e os que não se elegeram pela importante contribuição que deram; os partidos políticos e grupos de cidadãos pela mobilização dos eleitores e pelo apoio aos candidatos.

A Administração eleitoral realizou um trabalho digno de elogios, acontecendo o mesmo com os órgãos de segurança pública e a comunicação social.

Sei que há, nalguns segmentos, alguma insatisfação com aspectos do nosso processo democrático; outros parecem invadidos por alguma descrença nas virtualidades do sistema vigente, mas todos deveremos estar cientes de que a construção da democracia é um processo contínuo de aperfeiçoamento e consolidação e que a desistência, o desânimo ou a insatisfação momentânea não nos devem fazer desviar do essencial: a democracia custou-nos a conquistar e ela é um trunfo seguro para a nossa vida. Temos de a preservar, de a acarinhar, de a defender, mas também de a aperfeiçoar permanentemente. Não há nem sistema nem regime melhor do que a democracia. Por isso, quando há falhas, quando há tentativas localizadas de a subverter ou de a condicionar ou limitar, a nossa postura deve ser a de luta, a da perseverança e nunca a de abandono ou desânimo.

Esperamos que as denúncias de procedimentos que teriam em vista condicionar o voto de eleitores sejam apuradas e decididas pelas autoridades competentes.

Não se pode excluir a possibilidade de se chegar a consensos alargados para uma eventual reavaliação dos instrumentos legislativos e institucionais atinentes aos processos eleitorais.

Mas sempre com elevação e de forma serena e firme, mediante esforço sincero, abnegado e responsável de todos os actores políticos. Também aqui deve valer a ideia de que não se deve confundir a árvore com a floresta.

Excelências,

Minhas senhoras e meus senhores,

Estamos a iniciar um período relativamente longo sem disputas eleitorais que, se são fundamentais para o sistema democrático, nem sempre propiciam um clima adequado à construção de consensos.

Acredito que estão reunidas todas as condições para que acordos sobre aspectos cruciais para a vida das pessoas e do país, num quadro de dificuldades, sejam construídos, nomeadamente a instalação do Tribunal Constitucional e do Provedor de Justiça.

Neste ano em que se celebra o 20º aniversário da entrada em vigor da Constituição da República, exorto e desafio os partidos com assento parlamentar a estabelecerem os consensos necessários com vista à instalação desses órgãos, essenciais ao cabal

funcionamento do nosso sistema e designadamente para o fortalecimento de uma cultura constitucional.

Considero ser um dever de todos nós o desenvolvimento de esforços no sentido de se conseguir neste ano simbólico a concretização de tais preceitos constitucionais.

Perante as dificuldades que se avizinham e as possibilidades que se apresentam, apelo aos Deputados da Nação, aos Governantes, aos Partidos políticos, aos representantes dos Trabalhadores e dos Empregadores a uma participação activa na construção de um amplo consenso em torno de questões políticas e sociais essenciais para o país neste contexto de crise.

Asseguro-vos a total disponibilidade para, no quadro das minhas atribuições constitucionais, contribuir para viabilizar esse processo, se tal for considerado pertinente.

Caros conterrâneos,

Ao longo da nossa história de Nação e depois da Independência, vivemos momentos difíceis e tempos conturbados. Houve pausas e períodos de bonança. Mas a luta foi sempre uma constante da nossa vida como Nação, uma característica do nosso Povo.

Hoje como no passado estamos preparados para arregaçar as mangas e prosseguir o combate pelo desenvolvimento harmonioso e integrado do nosso país. E cada vez se torna mais claro aos nossos olhos que o desenvolvimento depende acima de tudo de nós mesmos, da nossa atitude, da nossa perseverança, dos nossos esforços colectivos perante as dificuldades do momento.

Estou firmemente convencido de que saberemos vencer os obstáculos que enfrentamos. Somos capazes de aprender com os nossos erros e com os nossos sucessos.

Temos a sabedoria para não inventar a roda e para aprender com os sucessos e os erros dos outros.

Temos a humildade para reconhecer onde falhámos.

E temos o bom senso e a força para nos levantarmos de cada vez que caímos.

Temos desafios enormes pela frente, desafios imediatos e outros no futuro próximo.

As cabras ensinaram-nos a comer pedras para não perecermos, mas nós não queremos apenas sobreviver.

Queremos mais. Muito mais e podemos muito mais.

Queremos uma vida condigna. Uma democracia avançada. Um Estado de direito moderno. Um país competitivo.

Vamos consegui-lo seguramente.

Para terminar, Vossas Excelências e Meus Caros Amigos permitir-me-ão, certamente, no ambiente de simbolismo e de exaltação do dia de hoje, deixar-vos – teimosia minha! – palavras de amor pátrio e poética premonição emprestadas a um antigo combatente da independência deste país, palavras escritas muitos anos antes de termos nas nossas mãos a recompensa maior da luta:

«a minha terra  
nem é grande  
nem é rica  
industrial  
comercial  
técnica  
universitária  
central  
fundamental  
para  
a ciência  
a política  
a guerra  
e a paz  
do mundo...  
nem tem petróleo  
platina  
cobalto

urânio  
ou qualquer outro  
magnético metal  
ímã do mundo...  
a minha terra  
é geometricamente  
literalmente  
um ponto tão pequeno  
que quando  
vem no mapa-mundo  
é o pingo de tinta  
negra  
que caiu por acaso  
sobre o mapa-mundo.  
tão minúscula  
é a minha terra  
tão minúscula  
que uma bomba  
de cobalto  
que sobre ela caísse  
de vergonha  
arrepriaria caminho  
para ir explodir  
de raiva  
pelo menos  
no centro  
de um sistema  
lá no fundo do universo.  
a minha terra  
é tão pequena  
e o mundo tem tantos caminhos...  
ó arquipélago natal  
por que me prendes tanto  
e tão sem remédio

porque me chamas tanto  
e tão sem apelo  
por que escutar-te  
fio  
de voz  
algures  
perdido  
se vozes potentes  
e mil maravilhas  
orlam os caminhos do mundo?  
sortilégio.  
mistérios sem mistério  
que ficarão mistérios  
mais insondáveis  
que o universo  
pelo qual não troco  
a minha terra  
a minha terra tão pequena  
que cabe  
inteira  
dentro de um poema como este.»

Viva a Independência

Viva a Liberdade

Viva a Democracia

Viva Cabo Verde